



**CONGRESSO NACIONAL**

**ETIQUETA**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**data**

**Proposição**  
**MP 703/2015**

**Autor**  
**Deputado Raul Jungmann (PPS/PE)**

**nº do prontuário**

**1.( ) Supressiva 2.( ) substitutiva 3.(x) modificativa 4.( ) aditiva 5.( ) Substitutivo global**

Dê-se ao § 11 do artigo 16 da Lei nº 12.846, de 2013, com redação alterada pelo artigo 1º da MPV 703, de 2015, assim como fica acrescido dos incisos II, II e III, com as seguintes redações:

“§ 11. O acordo de leniência celebrado nos termos do § 2º, que conte com a participação das respectivas Advocacias Públicas, uma vez preenchidos os requisitos em lei específica, impede o ajuizamento ou o prosseguimento de ação judicial já ajuizada pela pessoa jurídica pública interessada das ações referidas no art. 19 desta Lei e no art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, se a pessoa jurídica responsável pelo ato ou fato ilícito prestar efetiva colaboração e desde que sejam preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições:” (NR)

I – fique assegurada a efetiva reparação do dano na esfera cível quando verificada essa circunstância, sem prejuízo de reparação adicional ao erário público em montante fixado na forma do art. 71 da Constituição Federal;

II – a pessoa jurídica sob investigação:

a) aceite se submeter a, pelo menos, uma das sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, conforme a espécie do ato de improbidade administrativa praticado, reduzindo, conforme o caso, as penas até um terço;

b) não tenha sido beneficiada pelo mesmo instituto nos últimos cinco anos ou não haja descumprido acordo anterior no mesmo período; e



CD/16076.60180-40

III - as características da pessoa jurídica interessada e as circunstâncias do ato indiquem que a solução adotada é suficiente para a prevenção e para a repressão da improbidade administrativa.” (AC)

## JUSTIFICATIVA

A referida Medida Provisória tem por objetivo alterar a Lei nº 12.846, de 2013 - conhecida como Lei Anticorrupção - para dispor sobre Acordos de Leniência.

Acordo de Leniência é aquele em que a pessoa jurídica (empresa) é responsabilizada objetivamente, nas esferas administrativa e civil, pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira e se compromete a auxiliar na investigação desses delitos. Em troca, pode receber benefícios, como redução de pena e até isenção do pagamento de multa.

A redação dada ao § 11 do artigo 16 da Lei nº 12.846, de 2013, pela MPV nº 703, de 2015, revela-se contrária ao interesse público.

O arcabouço normativo brasileiro voltado para a prevenção e o combate à corrupção, nas diversas esferas autônomas de responsabilização (administrativa, de controle externo, civil e criminal), reflete a existência de um verdadeiro microsistema anticorrupção.

Assim é que um único ato ou fato pode deflagrar a instauração de processos em diversas esferas de responsabilidade autônomas, possibilitando a aplicação de sanções administrativas, de controle externo, cíveis e criminais, muitas delas com repercussões no plano eleitoral em razão da Lei da Ficha Limpa, sem que se incorra na vedação do **bis in idem**.

Como todo microsistema não de ser garantidas a integridade, a coerência e a previsibilidade dos seus institutos, fazendo com que as diversas esferas de responsabilidade permitam uma aplicação que potencialize, ao máximo, a efetividade da norma com o maior grau de segurança jurídica possível.

A “legitimação da pessoa jurídica pública, representada pelo seu órgão jurídico, para ajuizar as ações civis previstas com vistas ao ressarcimento do erário público não impede a ação de terceiros. O artigo 5º da Carta Política, por sua vez, estabelece que *“qualquer cidadão é parte legítima para propor **ação popular** que vise a **anular ato lesivo ao patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa”* (inciso LXXIII).

Tal previsão constitucional, por si só, demonstra a insegurança jurídica da celebração de acordos de leniência pela Advocacia Pública com repercussões na esfera cível à margem do Poder Judiciário.

Assim, podem ser questionados no Poder Judiciário os termos dos acordos de leniência celebrados pelas empresas privadas com o órgão jurídico incumbido da representação judicial e extrajudicial da pessoa jurídica que

visem afastar as sanções fixadas pelo artigo 19 da Lei Anticorrupção ou a ação cível autônoma prevista na Lei de Improbidade Administrativa.

Ao abrir mão de ajuizar a ação autônoma de improbidade administrativa, o que está em jogo é, de um lado, o interesse público da sociedade na apuração e repressão de ilícitos e crimes, de outro a segurança jurídica das empresas investigadas.

A decisão unilateral da pessoa jurídica pública representada pela Advocacia Pública de celebrar acordos de leniência com empresa investigada sobre a prática de ato ilícito contra o poder público não se coaduna com os pressupostos de validade de um Estado Democrático, alicerçado na teoria dos **Freios e Contrapesos** desenvolvida por Montesquieu, que não comporta a centralização de poder, ainda mais quando se trata de investigação de casos que envolvem cifras elevadas com elevado grau de interesse econômico-político.

Para evitar a instauração de um quadro de insegurança jurídica, revela-se fundamental a previsão expressa de **homologação judicial** dos acordos de leniência quando a Advocacia Pública que representar a pessoa jurídica pública pretender abdicar do ajuizamento da ação de improbidade administrativa prevista em legislação autônoma com vistas à defesa do patrimônio público.

Essa simples medida é essencial para que se produza a coisa julgada hábil a conferir a necessária segurança às partes perante terceiros, que sempre poderão recorrer à **ação popular** para anular acordos de leniência celebrados à revelia do Poder Judiciário.

Além de impedir o ajuizamento da ação de improbidade administrativa quando da celebração do acordo de leniência, a MPV revoga o § 1º do artigo 17 da Lei nº 8.429, de 1992, o qual veda, expressamente, qualquer tipo transação, acordo ou conciliação nas referidas ações que tem por finalidade primordial a preservação do erário público.

A revogação da vedação fixada nesse dispositivo evidencia dois problemas graves que, certamente, fragilizam os mecanismos de proteção de patrimônio público, podendo gerar a sensação de aumento da impunidade para opinião pública.

De um lado, a MPV não prevê nenhuma condicionante para a celebração de acordo de leniência com pessoa jurídica no contexto da Lei Anticorrupção isentar a empresa de sanções previstas no artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa. De outro, além de não prever condicionantes necessárias à eficácia do acordo de leniência celebrado com pessoa jurídica, inclusive o controle durante sua vigência, a MPV revoga o § 1º do artigo 17 da Lei nº 8.429, de 1992, cujo sistema de responsabilização do patrimônio público – **sobre a pessoa física em sua essência** – fica completamente desprotegido.

É cediço que os acordos de leniência estão inseridos no rol das modernas técnicas especiais de investigação. Todavia, a depender do arranjo

estabelecido, tais acordos poderão produzir efeito negativo, aumentando a percepção de corrupção e impunidade que assola o País.

As condicionantes propostas nos incisos I, II e III foram amplamente debatidas para subsidiar a formulação do **Projeto de Lei do Senado Federal nº 543, de 2013**, de autoria do Senador Blairo Maggi.

O trabalho é resultado de amplo e qualificado debate com base em inúmeros estudos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema, o qual contou com o apoio e participação fundamental dos **Ministérios Públicos Federal e Estadual, Magistratura Federal e Estadual, e respectivas entidades de classe representativas, tais como AJUFE, AMB, CONAMP**, entre outras, que contribuíram imensamente para o aperfeiçoamento da Proposta em tramitação, conforme consignado na justificação do referido autor e que merece subsidiar os debates da MPV em questão.

Sala da Comissão, em 2 de fevereiro de 2016.

**Deputado RAUL JUNGMAN**  
**PPS/PE**

